

AS REVOLUÇÕES RUSSA E ALEMÃ: A QUESTÃO DO ESTADO, DOS PARTIDOS, DOS SINDICATOS E DOS CONSELHOS OPERÁRIOS¹

Lucas Maia²

Introdução

Uma análise da revolução russa é algo bastante complexo. Tal complexidade se deve à quantidade de obras existentes sobre o tema, sobre a diversidade de interpretações, por vezes contraditórias entre si. Tais divergências não surgem meramente a partir da aplicação de métodos de pesquisa diferentes, tal como pode acreditar um iniciante no estudo da metodologia científica. Em que pese isto possa ter algum significado, o elemento fundamental nas divergências interpretativas deve-se à posição de classe expressa na obra do analista em questão. Esquemáticamente, poderíamos dizer que pelo menos três perspectivas são perceptíveis: a) o ponto de vista burguês (as várias interpretações dos autores liberais sobre a revolução russa e a situação soviética o demonstram); b) o ponto de vista burocrático (as teses bolcheviques e socialdemocrata sobre a revolução russa o atestam; c) o ponto de vista proletário (as tendências marginalizadas na interpretação da revolução russa: o luxemburguismo, comunismo de conselhos, situacionismo, anarquismo etc.).

Obviamente que não entrarei nestas questões. Não é o propósito aqui estabelecido. Trouxe o problema para demonstrar a complexidade que o tema envolve. De outra parte, se a revolução russa é uma experiência amplamente documentada, interpretada de diferentes maneiras, existindo uma volumosa produção em língua portuguesa a seu respeito, no que toca à questão da revolução alemã, a situação é um pouco diferente. Embora tenha sido uma das experiências revolucionárias mais significativas do século 20, a quantidade de obras a seu respeito, em língua portuguesa, não é assim tão expressiva. Se a dificuldade de interpretar a revolução russa deriva em certa medida da quantidade de material, no que se refere à Alemanha, a situação é contrária. Existem vários textos importantes. Entretanto,

¹ Este texto foi escrito como base para uma conferência proferida no evento organizado pelo NEPSES – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Sociologia, Educação e Sociedade, do Instituto Federal de Goiás – Campus Goiânia, intitulado “Heranças da Revolução Russa: 100 anos depois”.

² Militante Autogestionário. Professor do IFG/Campus Aparecida de Goiânia.

ainda resta uma montanha de material em alemão, húngaro etc. que não foi traduzido. Eis aí um trabalho importante a ser feito pelas editoras, militantes, intelectuais engajados etc. nos dias de hoje.

Apesar das dificuldades apresentadas, o que existe é suficiente para se fazer uma leitura, mesmo que introdutória dos dois processos revolucionários. O que nos interessa aqui é discutir um aspecto específico, que esteve presente em ambas as revoluções: a questão da organização e da estratégia. Um estudo comparativo de ambas nos trás importantes contributos ao entendimento das lutas sociais, dos malogros das revoluções, dos avanços presentes em umas e massacrados em outras etc. Esta é a tarefa que me proponho investigar nesta conferência.

Quais eram os traços essenciais das relações sociais presentes na Rússia no momento que estoura a revolução em fevereiro de 1917? Em que as relações sociais presentes na Rússia distinguem-se das verificadas na Alemanha? Qual o significado, para a luta revolucionária, das organizações estatal, partidária e sindical? E os conselhos operários, que papel desempenharam na Rússia? Qual seu significado na revolução alemã?

Eis as questões a serem respondidas.

Rússia e Alemanha às portas da Revolução

Para iniciarmos nossa discussão convém situar estas sociedades tão distintas, mas que produziram processos de luta tão semelhantes. Por que isto se deu? Por que uma sociedade como a russa, com suas características peculiares, seu predomínio agrícola, a existência ainda do tzarismo, sua industrialização parcial, mas significativa em algumas cidades etc. produziu os soviets como forma de luta mais radical e eixo estruturante do processo revolucionário? Da mesma feita, por que a sociedade alemã, com uma poderosa industrialização, com a formação de uma classe capitalista consistente, com uma modernização estatal com vários traços liberais, com poderosas organizações partidárias e sindicais etc. também produziu os conselhos ou *räetes* como forma de luta e organização dos trabalhadores?

Uma sociedade parcialmente industrializada ainda com formas estatais pré-capitalistas como a russa e uma sociedade poderosamente industrializada com uma formação estatal tipicamente capitalista entraram ambas na mesma onda revolucionária. Assim, compreender as linhas gerais destas duas sociedades nos propiciam recursos heurísticos importantes para o entendimento do próprio processo revolucionário. A Rússia, às portas da revolução, é uma formação social específica. Esta sua especificidade, este seu desenvolvimento histórico peculiar construiu relações sociais que lhe são características. Conviviam, por exemplo, na segunda metade do século XIX na Rússia: servos (classe submetida ao sistema de servidão), camponeses (pequenos ou médios proprietários de terras), um proletariado urbano e rural nascente (embora numeroso em algumas cidades), uma massa de diaristas e desempregados perambulando pelos campos e cidades. Cada uma destas classes desprivilegiadas comportam estratos e frações diferenciadas. Por exemplo, para se ter uma ideia da complexidade do problema, os servos realizavam tanto trabalho agrícola, quanto nas fábricas têxteis. Mas tanto no campo quanto nas fábricas, as relações estabelecidas eram de servidão. Havia camponeses livres da relação de servidão que viviam na completa miséria enquanto outros eram mais abastados. No seio das comunidades rurais, havia a constituição da comuna russa, MIR. Esta era uma forma de organização do trabalho, de distribuição das terras, de uso dos bosques etc. que não era fundada na propriedade privada do solo, mas sim no uso coletivo. Percebe-se, assim, a complexidade do problema.

Entre as classes privilegiadas, também em finais do século XIX, pode-se perceber o Tzar e a família real. Toda uma corte de nobres vive ao seu redor. Os nobres eram também grandes proprietários de terras, logo, donos de servos. Mas havia também grandes proprietários que não eram nobres. Estes grandes proprietários eram também proprietários de servos. Quando se elimina em 1861 a servidão do território russo, a massa de servos passa a ser pequeno camponês proprietário. Contudo, este avanço na legislação russa foi acompanhado de um aumento da pobreza da população camponesa, pois as terras não foram distribuídas igualmente com justiça. Os grandes proprietários, a igreja, a nobreza não foram expropriados. Pelo contrário, as pequenas glebas de terras que os camponeses

(antigos servos) receberam significava na verdade um pesado fardo, pois eles tinham de pagar a indenização por elas, bem como tinham de pagar os impostos ao estado (coisa que os servos não faziam).

Ao lado do Tzar e sua família, desta nobreza (com toda a sua hierarquia), destes latifundiários, uma complexa burocracia administrativa e militar conformava parte das classes privilegiadas russas. A burocracia eclesial compõe aí também uma importante classe social na Rússia neste período. Com o processo de modernização realizado sobretudo na segunda metade do século XIX, ou seja, a introdução das relações de produção capitalistas no país, esta velha estrutura é complexificada ainda mais pelas relações capitalistas modernas (assalariamento, exigências liberais como direito de imprensa, de organização, eleições etc.).

O que se percebe, contudo, é que esta modernização, ou melhor, a introdução das relações de produção capitalistas na Rússia, não foi imediatamente acompanhada pela modernização das relações políticas ao nível estatal. Esta contradição russa permaneceu por bastante tempo, sendo efetivamente eliminada com a implantação do capitalismo de estado de caráter soviético.

A modernização do território russo se dá, sobretudo, pela cidade e com a implantação de indústrias nas principais aglomerações urbanas: Moscou, São Petersburgo, Karkov, Kiev, nos Urais etc. A esta crescente industrialização, é acompanhada também uma modernização do próprio território: ampliação da malha ferroviária a níveis nunca antes vistos na história da Rússia, melhora dos meios de comunicação, criação de universidades, de escolas técnicas, ampliação da rede educacional básica, bancária etc.

Toda esta modernização das relações de produção na Rússia se dá, sobretudo com capital estrangeiro: francês, inglês, alemão etc. Isto exige uma modernização financeira. A rede bancária é ampliada e modernizada em todas as principais zonas industriais do país. As relações comerciais, financeiras etc. empreendidas pela Rússia agora se dão já no nível de exigência do capital estrangeiro que se dissemina em seu território. Isto exige modernização da legislação aduaneira. A Rússia passa a comprar maquinário para suas indústrias, passa a exportar ferro em certa quantidade etc. Ou

seja, o que está a ocorrer no território é uma brusca transformação que o retirou de relações sociais de mudança lenta que predominou por séculos.

A conclusão de Tragtemberg (2010) é que a Rússia do início do século XX é atrasada em relação à Europa Ocidental. Contudo, em relação à Rússia de 1861 (fim da servidão), é uma Rússia já bem moderna. A questão que fica é: qual a natureza das relações de produção existentes na Rússia? Uma grande quantidade de autores, entre eles, por exemplo, Volin (1980), que embora revele vários elementos da *Revolução Desconhecida*, define a sociedade russa de finais do século XIX até às portas da Revolução de 1917 como sendo feudal. O mesmo se passa, por exemplo, com a volumosa obra de Trotsky (1967), que define a natureza feudal da sociedade russa, porém um feudalismo com particularidades, com um desenvolvimento histórico específico que coloca a Rússia a meio caminho da Europa Ocidental e da Ásia. Esse feudalismo com peculiaridades, segundo a concepção de Trotsky, é denominado por Tragtemberg (2010) de “Feudalismo de Estado”. Na verdade, trata-se de um outro tipo de sociedade. Não é feudal. Godellier (1969) a denominará, seguindo indicações de Karl Marx, como sendo uma sociedade fundada no modo de produção asiático.

Não é em hipótese alguma nosso objetivo aqui entrar nas minúcias desta polémica. Tendemos, contudo, a concordar com Tragtemberg e Godellier. Uma das características centrais do regime russo era exatamente o poder de sua burocracia e a centralização estatal. Este aspecto teve implicações sérias no desenvolvimento do processo revolucionário na Rússia e nas várias tendências políticas que ali existiram desde o século XIX até a onda revolucionária que alterou definitivamente os rumos de desenvolvimento da história russa.

A discussão viva de Volin (1980) destas correntes, de seus malogros, suas vitórias, seus mártires etc. é realmente de se levar em conta. Desde os Dezembristas de 1825, passando pela juventude *nihilista*, pelo “terrorismo” político do *Narodnaia Volia*, pela criação dos primeiros partidos de orientação socialista (Partido Socialdemocrata, Partido Socialista Revolucionário), pela tradição anarquista etc., até a criação dos soviets, demonstra que a modernização capitalista carrega em si suas contradições. Trotsky (1967), na sua *História da Revolução Russa*, tem uma interessante síntese sobre isto:

O Estado russo esbarrava contra as organizações militares das nações ocidentais, cujas bases econômicas, políticas e culturais, eram mais sólidas. Do mesmo modo, o capital russo, desde seus primeiros passos, chocou-se contra o capitalismo muito mais desenvolvido e muito mais poderoso do Ocidente, e foi submetido por este último. *Do mesmo modo, a classe operária russa, desde seus primeiros passos, encontrou instrumentos inteiramente acabados, devido à experiência do proletariado da Europa ocidental; teoria marxista, sindicatos, partido político* (TROTSKY, 1967, p. 391). (grifos meus)

Só é importante ressaltar desta citação aí, que o instrumento utilizado para realizar a revolução de 1905 (da qual Trotsky participou, chegando assumir a presidência do Soviete de São Petersburgo) e a revolução de 1917, da qual Trotsky também participou, mas agora como membro do Partido Comunista, depois como chefe do Exército Vermelho, quem realizou ambas as revoluções não foi nem o partido, nem sindicato (nem o marxismo), mas sim os sovietes. De qualquer forma, destaca-se desta discussão aqui o fato de a modernização capitalista do território russo ter criado novas situações políticas que não existiam antes. São estas novas situações que colocam a Rússia numa onda de revoluções que abalaram os principais países capitalistas da Europa ocidental: Alemanha, Hungria, Áustria, Itália etc. Em todos eles, processos revolucionários semelhantes foram concretizados. Cada um tendo, naturalmente suas peculiaridades.

Uma situação espetacular, nesta vaga revolucionária, é o caso alemão do qual trataremos agora. A Rússia inicia sua revolução em fevereiro 1917. A Alemanha em 1918. Cada uma ocorrendo em condições sociais completamente diferentes e ambas edificando formas de luta bastante semelhantes. Por que isto se deu desta maneira? Como se encontrava a Alemanha às portas da revolução, que se estendeu de 1918 a 1923?

Há algumas semelhanças entre os processos operados na Rússia e os ocorridos na Alemanha que merecem ser citados:

a) *ambas tiveram um intenso desenvolvimento industrial nas últimas décadas do século XIX e início do século XX.* Destacar, contudo, que isto na Alemanha foi muito mais drástico e em proporções muito maiores do que o que se passou na Rússia. Desde a unificação alemã sob a hegemonia prussiana e de baixo da espada de Otto Von Bismarck, o desenvolvimento econômico alemão foi um dos maiores e ela se

tornou no período uma das maiores potências industriais europeias. Sua classe operária concentrou-se acerbamente nas cidades. Por exemplo, Berlim, por volta de 1914 tinha uma população de quatro milhões de habitantes. Contudo, desde finais do século XVIII, uma crescente industrialização já se estendia por várias cidades importantes.

b) *ambas comportam uma ambivalência entre o desenvolvimento econômico, social e cultural e uma estrutura política de modos de produção passados.* Como dissemos, no caso russo, as formas sociais típicas do tzarismo conviviam em certa contradição com a modernização capitalista ao nível das relações de produção. Esta ambivalência também é perceptível no caso alemão. Contudo, aqui o que se observa são os restos do feudalismo convivendo com uma modernização tipicamente capitalista. O estado alemão, criado após a unificação, o *Kaiserreich* é expressão desta ambivalência. Contrariamente à Rússia, que tinha uma forma estatal centralizada há séculos, que tinha uma população dispersa, a inexistência de movimento operário etc., no caso alemão, a unificação se deu por força dos latifundiários prussianos. Esta unificação, ou seja, a criação do estado alemão teve de lidar com principados constituídos, regiões autônomas, cidades independentes, um movimento operário constituído, que complexifica bastante a questão etc. Durante a unificação, as contradições típicas do capitalismo moderno já estavam estabelecidas na Alemanha. Tiveram uma ampliação considerável, pois o desenvolvimento capitalista exigia tal unificação e o *Kaiserreich* fez o desenvolvimento capitalista caminhar mais aceleradamente. A forma estatal que saiu deste processo teve de lidar com todas estas contradições.

Loureiro sintetiza isto da seguinte forma:

“O poder executivo estava nas mãos do imperador (Kaiser) e do chanceler, que respondia somente ao imperador. O poder legislativo era exercido na esfera do *Reich* pelo Conselho Federal (*Bundesrat*), formado por delegados dos 25 *Länder*, mas na prática dominado pela Prússia e pelo Parlamento (*Reichstag*), eleito pelo sufrágio universal masculino. Os poderes do *Reichstag* eram limitados – não podia propor leis, não podia votá-las sem a concordância do *Bundesrat* e não podia destituir o chanceler, mesmo que o pusesse em minoria, uma vez que este só respondia ao imperador (LOUREIRO, 2005, p. 29).

Era, pois, um regime monárquico extremamente centralizador, mesclado com elementos parlamentares (demandas da burguesia liberal, que embora fosse fraca para realizar sua revolução, obteve concessões). Esta realidade convivia, como dissemos, com um desenvolvimento industrial, uma urbanização galopante, um aumento da população, modernizações burguesas em várias áreas: criação de universidades, complexificação da sociedade civil etc.

c) *reconhecimento pelo estado de organizações da sociedade civil, sobretudo o Partido Socialdemocrata e os sindicatos.* Diferentemente da Rússia, na Alemanha, sobretudo após a saída de Bismarck e o fim das leis antissocialistas em 1890, houve uma grande ampliação do partido socialdemocrata, dos sindicatos sob seu controle e de outras tendências sindicais. O Partido Social-democrata passa a ser o maior partido no *Reichstag*, com uma imprensa gigantesca, controlando a maior central sindical do país, com membros nos parlamentos locais, com centenas de vereadores eleitos etc. Coisas que jamais ocorreriam na Rússia. Esta particularidade do caso alemão é de se levar em conta, pois dela saem consequências importantes para o desenvolvimento subsequente da revolução alemã de 1918, como demonstraremos mais à frente.

Assim, às portas das revoluções russa e alemã, estas duas nações apresentavam este conjunto de semelhanças, de diferenças e de contradições. Uma, a Rússia, um país atrasado em relação à Europa Ocidental, outra, a Alemanha, uma das maiores nações industriais do período. Uma, a Rússia, com um estado autoritário, centralizador que impedia qualquer tentativa de organização das classes trabalhadoras e agitações políticas subversivas; outra, a Alemanha com um estado autoritário composto por concessões parlamentares, permite ou não tem os meios de conter o desenvolvimento de um dos maiores partidos, à época entendido como socialista, do mundo: o Partido Social-democrata Alemão e numerosos sindicatos e centrais sindicais que aglutinavam em torno de si milhões de operários. Uma, a Rússia, cujo processo revolucionário encabeçado pelos soviets ou conselhos surge em 1917 mesmo havendo uma grande fraqueza das organizações operárias instituídas (partidos e sindicatos); outra, a Alemanha, cuja emergência dos *räets* ou conselhos

surge apesar da própria robustez, disseminação, grandeza e poder das organizações operárias instituídas (partidos e sindicatos).

Uma, a Rússia, encadeou a primeira revolução “vitoriosa” do mundo, que desembocou no capitalismo de estado soviético. Outra, a Alemanha, cuja derrota da revolução pavimentou o caminho para a emergência do Partido Nacional Socialista, logo, do Nazismo. Como explicar isto?

O Esquerdismo: Doença Infantil do Comunismo, de Lênin X Carta Aberta ao Camarada Lênin, de Gorter

Dois documentos. *O Esquerdismo*, de Lênin, foi publicado em 1920. A *Carta Aberta ao Camarada Lênin*, de Herman Gorter, resposta imediata, também escrita em 1920. Estes dois documentos expressam bem os pontos de tensão que se apresentavam aos revolucionários. Qual o significado destes dois panfletos? O que cada um expressa em termos de entendimento do processo revolucionário? Qual o destino histórico de cada uma das teses ali desenvolvidas? Em que eles ajudam a compreender o desenvolvimento subsequente dos acontecimentos na Rússia e na Alemanha? Eis nossa tarefa agora.

Naturalmente, não intenciono aqui detalhar todo o conteúdo presente nas duas obras, o que me tomaria demasiado espaço. Minha intenção é outra. Trata-se de situar o próprio ambiente político, que sedimentava o teor da polêmica entre ambos. O tom crítico dos dois panfletos denuncia a situação limite pela qual passava o movimento operário e os revolucionários em geral naquele momento. A escolha destes dois textos serve-nos, portanto, de baliza ao entendimento das contradições e divergências do momento.

Lênin, desnecessário dizer, o maior expoente do bolchevismo. À altura da escrita deste texto, já era intelectual e político de renome internacional. Era visto na Europa Ocidental como o verdadeiro *leader* da revolução russa, personalidade sem a qual tal revolução jamais teria chegado aonde chegou. O exagero e o equívoco desta interpretação já era evidente para alguns, tal como o próprio Gorter, por exemplo. *O Esquerdismo*, de Lênin, tinha um claro caráter político. Ele escreveu o texto em abril

de 1920 e os apêndices em março. Fez publicar em russo imediatamente e em julho já tinha sido traduzido para outros idiomas (francês, alemão, inglês etc.). Tudo conduzido de modo a estar pronto antes da realização do II Congresso da III Internacional Comunista. Prova disto é que o panfleto foi distribuído para os delegados durante a realização do Congresso. A clara intenção do Partido Comunista Russo em hegemonizar a III Internacional era óbvio. Este panfleto, portanto, politicamente, era parte desta estratégia. Era parte do projeto de desacreditar o conjunto de dissidentes (na Europa Ocidental) aos métodos apregoados pelo PC russo e sua política dentro da Internacional.

Gorter³, por outro lado, menos, muito menos conhecido, poeta holandês e militante, à época da escrita de seu texto, do Partido Operário Comunista da Alemanha – KAPD (dissidência do Partido Comunista Alemão - KPD, que por sua vez era dissidência do Partido Social-democrata Independente da Alemanha – USPD, que por sua vez era dissidência do Partido Social-democrata Alemão – SPD). Gorter, juntamente com outros, militou à esquerda do Partido Comunista Holandês, coordenou um jornal chamado *Tribuna*, daí terem ganhado certa fama como Tribunistas. Em 1920, militando já na Alemanha, alinha-se a esta tendência política mais radicalizada, defendia a tese de que a classe operária deveria se articular em conselhos operários e a partir daí edificar uma nova forma de organização social, pensada, construída e controlada pelos próprios operários. O KAPD era a organização política que expressava este projeto. Contudo, como está escrito em seu texto inaugural, o KAPD “não é um partido propriamente dito”, porquanto utilize a palavra em sua denominação. Trata-se de uma organização de outra natureza. É exatamente esta outra natureza, esta nova organização, com seus objetivos, seus métodos, suas táticas etc. que desagradavam aos bolcheviques e sua III Internacional. O *Esquerdismo*, de Lênin, tem a clara intenção de desacreditar estes militantes e sua organização perante o movimento comunista internacional.

O objetivo declarado do panfleto de Lênin, ele mesmo o diz:

³ Uma breve biografia de Gorter, à guisa de necrológico, foi feita por Anton Pannekoek sob o título: “Uma vida militante: adeus a Herman Gorter (PANNEKOEK, 2004).

Para esclarecer o que digo, partirei de nossa própria experiência, de acordo com o plano geral deste folheto, *que tem por objetivo aplicar à Europa Ocidental o que a história e a tática atual do bolchevismo tem de aplicável*, importante e obrigatório em toda parte (LÊNIN, 1960, p. 45). (grifos meus)

Este é o centro de toda a discordância entre o que Lênin defende e o que Gorter responde. Este é o ponto nodal do desacordo. Desta questão central, desenvolve-se todo o resto. O que Gorter argumenta ao longo de todo o seu texto, é que a tática imposta por Lênin e acatada pela III Internacional, se teve alguma utilidade na Rússia, na Alemanha em particular e na Europa Ocidental em geral é completamente inútil. Na verdade, nociva ao movimento operário. Desta bifurcação, emerge toda a polêmica dos dois textos. Na verdade, tais textos são a expressão de tendências políticas concretas que conflitavam no seio da revolução alemã. Também ainda soçobravam dentro da revolução russa (veja o caso da esquerda dissidente na Rússia⁴, por exemplo, ou então, a rebelião e declaração de independência dos marinheiros de Kronstadt e dos camponeses na Ucrânia, ambos massacrados pelo exército vermelho).

Excetuando aqui a retórica de Lênin, que durante todo o texto substitui análises concretas por adjetivações e xingamentos, o livro gira em torno de alguns pontos, que destacarei à frente. O próprio título de seu panfleto já denuncia seu estilo: “doença”, “infantil”. Em seu texto, a palavra “esquerdismo” tem um tom depreciativo. O desenvolvimento histórico das tendências políticas ressignifica o sentido do termo esquerdismo, dando-lhe um caráter positivo que o distingue das tendências consideradas reformistas e conservadoras (entre elas o bolchevismo)⁵.

Os pontos em torno dos quais se desenvolve a exposição de Lênin e os quais Gorter rebate, são: a relação chefes/massas trabalhadoras; a questão sindical e o papel dos revolucionários dentro destas organizações; a atuação dos revolucionários no parlamento; a aliança dos partidos revolucionários com frações dos partidos burgueses, com os partidos reformistas etc. Os alvos de Lênin são os

⁴ Viana (2007) realiza esclarecedora análise desta esquerda dissidente na Rússia, que existiu antes da tomada do poder pelos bolcheviques em outubro de 1917 e continuou após isto. Uma dissidência que se constituiu no interior do partido, bem como fora dele. Foram todas derrotadas. Mas sua existência denuncia que o desenvolvimento subsequente da Rússia foi o resultado de uma luta intensa contra os bolcheviques.

⁵ Confira o texto de Gombim (1972), *As Origens do Esquerdismo*.

“independentes” na Alemanha, ou seja, o KAPD, dissidentes do partido comunista holandês, a esquerda abstencionista na Inglaterra, que se alinhava na defesa das organizações de fábrica, cuja principal expressão foi Sylvia Pankhurst, os abstencionistas na Itália, sobretudo Bordiga. Contudo, o centro mesmo da crítica é o KAPD e seus “representantes literários”, para utilizar aqui uma expressão de Marx, ou seja, Gorter, Rühle, Pannekoek etc.

Lênin, então, conforme demonstrado na citação anterior, defendia que os métodos utilizados pelo bolchevismo na Rússia deveriam ser empregados também pelos partidos revolucionários na Europa Ocidental, ou seja, Alemanha, Inglaterra, Itália etc. Ou seja, a revolução russa acaba por se confirmar como uma espécie de modelo revolucionário. Assim, a tática do bolchevismo na Rússia deve ser a tática da III Internacional, ou seja, do movimento revolucionário mundial. Eis o que quer Lênin com seu *Esquerdismo: doença infantil do comunismo*.

Não irei me estender aqui sobre cada um deles, o que foge ao meu objetivo, mas tão somente enunciá-los, de forma esquemática. Sobre a questão chefes/massas, Lênin argumenta que isto é uma falsa questão, pois em todas as sociedades capitalistas, as classes possuem um partido que a representa. Este partido, um grupo de pessoas fieis e destemidas que leva a cabo a organização e a prática partidária. Assim, não há oposição entre massas (classe), partidos e chefes. Gorter, pelo contrário, afirma que se isto se deu na Rússia desta forma, isto está relacionada ao seu nível de desenvolvimento econômico e político. Na Alemanha, não tem mais o menor significado. Os chefes, líderes, donos de partidos são elemento de paralisia do movimento operário. Na verdade, foram tornados inúteis por ele. Gorter considera que, devido às características próprias da Rússia, um proletariado pequeno relativamente ao conjunto da população, uma massa de camponeses pobres, a presença dos chefes e dos partidos eram, até certo ponto indispensáveis. Na Alemanha, pelo contrário, a presença destas organizações e da necessidade de chefes políticos da classe operária tornou-se um obstáculo. Se na Rússia, eles foram fundamentais, na Alemanha, devido às condições históricas (um proletariado numeroso, um capital centralizado e poderoso, as demais classes, inclusive o campesinato, colocam-se contrários à revolução etc.), o proletariado deve, por ele

mesmo, encontrar seu próprio caminho, realizar suas próprias ações e decidi-las eles próprios por meio de suas organizações. Numa tal circunstância, os chefes são inúteis e elemento paralisante da ação operária. Eis por que, na Alemanha, o problema dos chefes não é algo tão simples, como acredita Lênin ao criticar o KAPD⁶.

Deste primeiro ponto de divergência entre Gorter e Lênin, um outro se precipita: a questão sindical. Os revolucionários devem participar dos “sindicatos reacionários?”, indaga Lênin. Sua resposta também não poderia ser outra: sim, obviamente que sim. Se o que ele denomina de “aristocracia operária profissional” (LENIN, 1960, p. 52), na verdade, a burocracia sindical, para utilizar uma terminologia mais adequada, é conservadora, isto não implica aos revolucionários “abandonarem as massas operárias insuficientemente desenvolvidas (...)” (LENIN, 1960, p. 53) aos reacionários, burgueses e conservadores. Agir desta maneira, argumenta o bolchevique, é prestar um grande desserviço ao comunismo e à luta proletária. Arremata dizendo que os sindicatos são fundamentais no desenvolvimento do nascente socialismo na Rússia, pois neles estão milhões de operários. Gorter, em contrapartida, afirma exatamente o contrário. Novamente salienta, que se na Rússia, tal tática teve um significado e certa importância (o que é questionável, pois como salienta Maurice Brinton, a relação entre sindicato, partido e soviets não foi marcada por esta pretensa harmonia anunciada por Lênin), na Alemanha já não tem mais a menor possibilidade de isto acontecer. Conforme o próprio Lênin constata (“os mencheviques do ocidente”) assumem na Europa Ocidental um significado muito mais problemático do que na Rússia, país no qual as chamadas “liberdades democráticas” eram quase inexistentes. Volin (1980), por exemplo, salienta que até 1905 não existia um único sindicato regular em toda a Rússia, mesmo nas cidades mais

⁶ Contudo, considero pertinente levantar uma objeção ao próprio Gorter. Devido às condições históricas em que escreveu e o ambiente político no qual estava inserido, esta consideração com relação ao bolchevismo na Rússia é aceitável. Contudo, nos dias de hoje, depois de todos os acontecimentos e interpretações históricas e teóricas sobre a Revolução Russa, uma tal leitura não procede mais. A questão da relação chefes/partido/classe foi também um problema e um empecilho ao desenvolvimento da luta proletária na Rússia. Os chefes, ou seja, a burocracia partidária bolchevique, não foi só elemento paralisante da atividade autônoma de classe na Rússia. Foi, pelo contrário, agente repressor de uma tal ação. Os exemplos de Kronstadt e Ucrânia em 1921 são somente os mais dramáticos. Para uma crítica consistente desta ação paralisante e repressiva do Partido Comunista sobre os soviets na Rússia, confira o excelente trabalho de Brinton (1975).

industrializadas. Na Alemanha, pelo contrário, os sindicatos profissionais, as centrais sindicais tornaram-se poderosas organizações, com uma imensa classe de dirigentes, administrando poderosos recursos, exercendo influência considerável sobre os operários. Esta burocracia, que Pannekoek (1977) irá ironizar e denominá-la “parlamentos do trabalho” exercia à época da revolução alemã uma força inercial considerável sobre os operários, mantendo-os no estrito seguimento das leis e da ordem (em que pese fossem fator de negociação do valor da força de trabalho)⁷.

Gorter demonstra como os sindicatos, as centrais sindicais militaram contra a ação autônoma e espontânea dos trabalhadores organizados nos conselhos. Se na Rússia, argumenta Gorter, os sindicatos tiveram a sua importância para a luta proletária, na Alemanha, eles são do partido da ordem, militam contra os trabalhadores. Sua estrutura organizacional, sua complexa burocracia, os poderes que tem inviabilizam o acesso dos meros proletários aos lugares de decisão dentro dos sindicatos. As assembleias manipuladas, os complexos, caros e não raras vezes fraudulentos processos de eleição de diretorias tornam inviável aos proletários controlarem esta organização. Quanto maior, mais rica, mais complexa etc. é a organização sindical, mais burocrática torna-se ela. Esta classe de dirigentes sindicais adquirem interesses próprios (mais poder, mais dinheiro, mais influência, fama em alguns círculos etc.). Estes interesses próprios são, não raras vezes, opostos aos dos trabalhadores aos quais representam. Esta realidade já era visível durante a revolução alemã. Como demonstramos em Maia (2016), agravou-se com o próprio desenvolvimento dos regimes de acumulação capitalistas. Os sindicatos são, pois, organizações inúteis à revolução. São organizações contrarrevolucionárias.

Lênin (1960, p. 48/49), ao descrever a organização do partido, a relação deste com os soviets e com os sindicatos demonstra claramente a estratégia que ele defendia há tempos: “os sindicatos como correia de transmissão do partido”. No

⁷ Em Maia (2016), realizamos uma discussão teórica a este respeito, demonstrando que com o desenvolvimento capitalista, as organizações sindicais tornaram-se completamente inúteis à luta proletária. Melhor, tornaram-se organizações contra os trabalhadores. À época da revolução alemã, tal situação já era dramática, daí o surgimento dos conselhos operários, da União Geral Operária (AAU, na sigla em alemão), pois foi necessário ao proletariado forjar organizações às quais eles controlassem. Os sindicatos já não lhes pertenciam mais.

contexto da revolução russa, nos embates com os soviéticos, basta consultar a referida obra de Brinton (1975), Volin (1980), Pannekoek (1977), Arvon (1984) etc., para se perceber que a relação entre tais organizações foi sempre marcada por intensos conflitos. A clara intenção do Partido Comunista Russo em controlar as forças independentes (tanto dentro do partido, quanto fora) demonstra o caráter burocrático desta organização e os meios burocráticos (e por vezes cruéis) de manutenção de seu poder. Assim, novamente, só podemos concordar em partes que a estratégia dos bolcheviques de controle dos sindicatos foi adequada à Rússia. Na verdade, a atividade sindical foi parte do processo de esvaziamento dos soviéticos (HORVART, 1990). Este processo culmina na implantação do taylorismo nas fábricas, na passagem da administração das fábricas das mãos dos soviéticos para a de um só homem, indicado pelo estado etc.

O que Gorter apregoa é o contrário de tal política. Não se trata do KAPD ou qualquer outra organização política controlar os operários. As organizações de fábrica são o lugar da revolução. É lá que os operários estão, é lá que eles lutam, é lá que eles se educam na luta, é de lá que pode sair qualquer alternativa de articulação nacional e internacional das lutas. A União Geral Operária é um exemplo disto, uma forma de articulação nacional das lutas locais do proletariado. Trata-se, portanto, de outra prática, de outra ação, de outra política. Isto exige também outra tática. A tática de caminhar para os sindicatos não é adequada para Alemanha. Os operários alemães necessitam de outras armas, mais eficazes, mais poderosas. Por maiores que sejam os sindicatos, são demasiado insuficientes para levar a cabo a revolução. É exatamente isto que Gorter quer demonstrar em sua resposta a Lênin.

Portanto, Lênin, embora não faça análises concretas da situação das organizações de fábrica, dos sindicatos na Europa Ocidental, não exita em recomendar estas organizações que ele próprio denomina contrarrevolucionárias, reacionárias. Mesmo havendo na Alemanha, por exemplo, organizações de caráter revolucionário (conselhos operários, União Geral Operária etc.), Lênin recomenda aos revolucionários, ao KAPD, que entrem nos sindicatos. Gorter demonstra ser isto impossível, inviável e indesejável, visto os proletários terem eles mesmos criado organizações mais avançadas. Não contente em recomendar os sindicatos aos

revolucionários, recomenda Lênin também o parlamento como esfera de propaganda, de ação e de trabalho dos revolucionários. Da mesma forma que fez com a questão sindical, ou seja, não analisar a situação concreta da Europa Ocidental, basear-se no exemplo russo, recomendou também o parlamento em Europa Ocidental como esfera de atuação dos comunistas. Repete durante todo o livro: “por que aqui na Rússia, os bolcheviques...” atuaram nos sindicatos, atuaram no parlamento, participaram das eleições etc. etc. etc. Se os bolcheviques na Rússia fizeram isto, também a III Internacional, os revolucionários na Europa Ocidental devem seguir a mesma tática.

Lênin retoma então o exemplo russo para dizer, que os bolcheviques participaram do parlamento, ou seja, da Duma, sobretudo no período de 1905 a 1917. Argumenta que isto contribuiu para que depois eles, os bolcheviques, conseguissem levar a cabo a revolução comunista, ou seja, o golpe de estado de outubro de 1917. Afirma que os revolucionários da Europa Ocidental não tem a experiência de combinar a luta ilegal com a luta legal. Isto é fundamental, sobretudo nos momentos revolucionários, nos quais os poderes estabelecidos estão abalados e tendem quase sempre a apertar o cerco contra as tendências subversivas e aumentam, em decorrência, a repressão. Assim, afirma que, tal como fizeram os bolcheviques na Rússia, também os revolucionários na Alemanha, na Inglaterra, na França etc. devem combinar a luta no parlamento com a luta junto às massas. Não fazer isto é demonstração de infantilismo, de esquerdismo, ou seja, de não compreensão do que seja o processo revolucionário. Chega a dizer que, sobretudo na Europa Ocidental, os revolucionários devem participar do parlamento para inclusive demonstrar às massas que o parlamento não serve para nada. Se as massas caminham para os sindicatos, se as massas caminham para o parlamento, devem os revolucionários abandonar estas arenas de luta? Fazer isto é uma clara demonstração de “estupidez”, de “esquerdismo doentio”.

Novamente Gorter irá ressaltar as enormes diferenças que separam a luta política na Rússia, das condições da Europa Ocidental. Uma Europa marcada já, em várias localidades, por décadas de liberdades burguesas (de imprensa, de organização legalizada, de expressão, direito a voto etc.), coisas que não existiam na

Rússia, imprimem nas classes trabalhadoras efeitos nefastos para a luta política revolucionária. Décadas e em alguns países já passando de um século (Inglaterra, França etc.), estas chamadas liberdades burguesas, entre elas a democracia, que apregoa o direito de eleger representantes tem significações importantes na consciência dos trabalhadores. Trabalhadores educados nestas realidades desenvolvem uma consciência ainda mais integrada na sociedade burguesa. A fé na democracia, por conseguinte no parlamento, por conseguinte no direito de eleger representantes tem implicações graves na luta política da classe operária (sobretudo num momento revolucionário, como era o que assolava a Alemanha neste momento). Assim, os valores, a consciência política, as concepções dos trabalhadores em ambientes com desenvolvidas instituições liberais conforma uma mentalidade burguesa na classe trabalhadora. Disputar, participar, utilizar tais ambientes não fortalece nem a consciência de classe do proletariado, muito menos suas organizações. Eis por que, também os parlamentos são inúteis à luta proletária.

O mesmo vale também para a defesa de Lênin de se utilizar as cisões e rachas nos partidos burgueses a favor da luta do proletariado. Gorter afirma que os exemplos citados por Lênin a respeito da Europa Ocidental (cita somente um caso de racha em partidos burgueses) são insuficientes e que o exemplo russo não serve para o caso da Europa Ocidental. Durante todo o texto, Gorter repete que na Rússia foi possível uma aliança de classe entre camponeses pobres e proletariado e marginalmente uma pequena burguesia que também oscilava de um e outro lado durante o processo revolucionário. Assim, o proletariado russo tinha ao seu lado uma imensa massa de camponeses pobres, a maioria esmagadora da população, além de armamentos que o “estado proletário” havia confiscado quando do golpe de estado bolchevique.

Pelo contrário, o proletariado na Europa Ocidental, embora fosse uma parte muito mais considerável da população, estava só em sua luta: nem os camponeses, os pequenos capitalistas, os sindicatos, os partidos etc. estavam ao seu lado. Por isto que a luta dos operários na Europa Ocidental era tão diferente da luta dos operários russos. Impor a mesma tática para realidades tão distintas é um imenso erro e Gorter

é firme em chamar isto de oportunismo por parte de Lênin, dos bolcheviques e da III Internacional.

Para Gorter: “Estas classes fazem agora, mais do que nunca, causa comum com o grande capital, porque também elas se veem confrontadas ante o perigo da revolução proletária” (GORTER, 2004, p. 197). Ou seja, o grande e pequeno camponês, o grande e pequeno capitalista, os intelectuais, os funcionários (burocratas) estão de tal sorte integrados na sociedade burguesa que uma revolução proletária os arrastaria para um movimento de transformação aos quais não estão dispostos, nem interessados, sobretudo, os estratos mais superiores e melhor remunerados. Assim, todas estas classes, na Europa Ocidental, são um bloco, juntamente com o grande capital, contra a classe operária. Os partidos políticos que representam explícita ou implicitamente cada uma destas classes (inclusive os autointitulados operários, trabalhistas, socialdemocratas, comunistas etc.) já representavam naquele contexto um fator contrarrevolucionário, pois alérgicos à ação espontânea e “selvagem” da classe operária.

Assim, no que concerne à tática de agitação e articulação política, Gorter conclui:

Não fazer nenhum acordo de apoio eleitoral a estes partidos é afastar-se de seus militantes? Combatê-los como inimigos? Não necessariamente, e nós tentamos na medida do possível unir-nos a eles. Em toda ocasião, chamamos-lhes à ação comum: à greve, ao boicote, à rebelião, ao combate de rua, e, sobretudo, a formar conselhos operários, comitês de fábrica. Esforçamo-nos nisto em toda parte. Porém, não como antes, no terreno do parlamentar. Mas sim nas fábricas, nas reuniões e nas ruas. Eis aí onde hoje podemos nos unirmos a eles. Eis aí, onde nós nos unimos aos operários. Esta é a prática nova, que sucede à prática socialdemocrata. A prática comunista (GORTER, 2004, p. 204) (grifos meus).

A conclusão geral da carta de Gorter a Lênin pode ser apreciada segundo estas palavras do comunista holandês ao bolchevique russo:

Você não quer ouvir falar de cisões, de formações novas, nem que sejam, mesmo assim, de nível superior!

Por que?

Porque você quer ver os grandes partidos e os grandes sindicatos membros da III Internacional.

Eis aí o que nos parece ser seu oportunismo, e oportunismo da pior espécie (GORTER, 2004, P. 174).

O estado, o partido, os sindicatos e os conselhos operários: o que ensinam as revoluções russa e alemã?

Um período revolucionário é sempre uma massa de contradições. É também um rio caudaloso, largo, denso, profundo e onerado de corredeiras e cachoeiras em seu percurso. A força de suas correntes arrasta tudo em seu leito e revolve as margens com violência. A metáfora de Brecht é exata. É comum criticar-se sempre a violência do rio, mas nunca a violência das margens que comprimem a corrente. Durante as revoluções, as margens são reviradas, agredidas, modificadas. Mas também o próprio rio, a própria corrente é transformada. A revolução é, pois, uma massa de transformações, de mudanças. Tudo é arrastado para seu torvelinho. Ela é um centro de gravidade que a tudo atrai. É também uma força centrífuga que expelle mudanças em todas as direções.

As mudanças operam-se em todas as esferas: organização da vida econômica da sociedade, das relações políticas, da vida sentimental e valorativa; das relações interpessoais, à estruturação de uma cidade, de um país; da produção de bens materiais à efervescência intelectual e cultural. As revoluções proletárias não são uma mera modificação política, uma mera troca de poderes no estado ou em qualquer outra instituição. São um processo global de alteração do conjunto da existência humana.

Uma tal mudança implica num intenso envolvimento da classe no próprio processo de mudança. Nenhuma outra classe social pode realizar tão profundas mudanças em nome da classe operária. Ela não é, certamente, a única classe oprimida nesta sociedade. Há outras: camponeses, lumpemproletários, serviçariado⁸ em geral (trabalhadores domésticos, serviços, comércio etc.). Contudo, nenhuma destas classes tem condições de alterar o modo de produção capitalista, as relações de produção. A única classe capaz de o fazer é a classe operária. Certamente ela não fará a revolução sozinha, mas com certeza ela será o centro de gravidade da mudança. Somente esta classe tem em suas mãos tal possibilidade. Desde que o capitalismo se estabeleceu como modo de produção dominante (e hoje isto ocorre em todos os

⁸ Para uma breve reflexão sobre esta classe, cf. (VIANA, 2016a)

lugares do mundo), as revoluções, ou seja, os processos radicais de mudança, só podem ocorrer via revolução proletária.

Esse é o ponto central de toda a questão. As experiências das Revoluções russa e alemã são ricas em evidenciar este aspecto. Ruhle (1975), em seu ensaio *Da Revolução Burguesa à Revolução Proletária*, discute o que caracteriza cada um destes processos de transformação social. As revoluções burguesas foram efetivamente processos de transformação social que levaram a cabo mudanças profundas. Isto não se pode desconsiderar. Contudo, as revoluções burguesas levaram a cabo o projeto de emancipação burguesa e não da humanidade. Os interesses de classe da burguesia se manifestaram já em seus processos revolucionários (nos lugares, obviamente, onde a burguesia teve força para levar a cabo suas lutas). Este ponto é de interesse, na medida em que revela a natureza mesma destes processos. As revoluções burguesas são burguesas tanto na forma quanto em seu conteúdo.

Para efetivar os interesses de classe da burguesia em sua luta contra as classes ainda restantes do feudalismo, a classe capitalista, de diferentes maneiras, segundo o processo histórico particular de cada país, levou a cabo suas revoluções tendo em conta determinados tipos de organização. Para efetivar suas revoluções, a burguesia forjou um estado (e um parlamento) que lhes eram indispensáveis a fim de alcançar seus objetivos. Da mesma forma, foi indispensável à burguesia os sindicatos e os partidos políticos. Aqui, Ruhle tem em mente a revolução russa, que foi uma revolução burguesa sem burguesia. Deste modo, a centralização estatal, os partidos políticos, os sindicatos foram organizações que a burguesia lançou mão em sua luta.

Estas organizações são inúteis à classe operária. A revolução do futuro, a revolução proletária é eminentemente social. Não são meras trocas do poder político, já o dissemos. Por serem revoluções sociais, transformam a vida em sua totalidade, daí sua amplitude, daí sua radicalidade, daí também sua dificuldade. Qualquer tentativa de simplesmente trocar as formas de poder ou substituir os que estão no poder por outros é não-proletário. O que Ruhle defende é que na revolução proletária, a classe cria ela própria suas formas de organização, suas formas de atuação e é dentro destas organizações que a classe leva a cabo sua revolução, ou seja, eliminar o estado, o capital, as classes sociais e edificar uma sociedade

radicalmente diferente. Isto se coloca como problema histórico à classe operária e somente ela pode resolver esta equação. Nenhuma outra classe (camponeses, artesão, lumpemproletariado, serviçariado, burocracia, intelectualidade etc.), nenhum grupo social (negros, mulheres, homossexuais, jovens etc.) poderá realizar tal tarefa.

Ruhle, analisando a experiência da revolução alemã de 1918, encontra ali os elementos embrionários de uma revolução proletária. Ao invés do estado, dos partidos, dos sindicatos, dos chefes políticos, dos políticos profissionais e seus vícios de liderança e hierarquia, a classe operária construiu outras formas de organização, logo de ação e luta política, que são antagônicas às formas burguesas. As “organizações de fábrica”, “uniões operárias”, o “sistema de conselhos” são as formas pelas quais a classe operária pode construir outras relações sociais, novas, superiores às capitalistas.

Ruhle afirma:

A revolução proletária é completamente diferente no seu caráter da revolução burguesa.

A revolução proletária é, em primeiro lugar, uma questão econômica.

Pela revolução proletária não se pode lutar em organizações burguesas, só em organizações proletárias.

A revolução proletária tem que desenvolver suas próprias táticas de luta (RUHLE, 1975, p. 107).

Para as revoluções burguesas, a tomada do poder de estado, a redação de constituições, a elaboração das várias ideologias liberais etc. cumpriram um importante papel histórico de modernização dos países em direção às relações de produção capitalistas. O desenvolvimento das democracias, dos parlamentos, que exige em contrapartida o próprio desenvolvimento dos sistemas partidários são também parte da estratégia e das formas de luta da burguesia rumo à sua completa hegemonia.

Contudo, o desenvolvimento da classe operária como classe determinada pelo capital cria problemas sociais relevantes. Tais questões insuflam também a classe operária a se organizar em defesa de seus interesses. Surgem daí os sindicatos e também os partidos ditos socialistas, operários, comunistas etc., bem como um

conjunto de ideologias (partidárias, sindicais), bem como sistemas de ideias vinculados aos interesses da classe operária: num nível mais doutrinário, surge o anarquismo. Num nível mais teórico, o materialismo histórico-dialético ou, simplesmente, marxismo.

Como ressaltamos no tópico anterior, o nível de desenvolvimento capitalista dos países determina diferentes formas de luta proletária e de articulação num nível mais complexo de sua teoria. As experiências russa e alemã descritas anteriormente são suficientes para entender este processo. Contudo, apesar de todas as diferenças, os processos que as unificam são também de serem levados em conta. *O surgimento dos soviets na Rússia e dos Raets na Alemanha demonstram que estas revoluções tinham um forte conteúdo proletário.* O destino histórico de cada uma está determinado por um conjunto de processos que não convém analisar aqui. Mas tanto na Rússia, quanto na Alemanha, o partido político foi sujeito inimigo da classe operária, embora falasse em seu nome. Este é exatamente o problema, é um poderoso inimigo que se passa por aliado.

Na Rússia, os bolcheviques tomam o poder de estado em outubro de 1917 e conduzem a partir de então uma intensa luta contra os soviets, ou seja, contra a revolução proletária. O texto de Brinton (1975) é a melhor descrição deste movimento do Partido Comunista Russo rumo à eliminação dos soviets. Na Alemanha, as fortes tendências dos partidos Social-democrata, Comunista, Comunista Independente etc. em levar a luta operária para o âmbito estatal e parlamentar foi um atraso, um inimigo a mais que a classe operária teve que combater durante a revolução. Este inimigo dividiu esforços, cindiu a classe operária etc. O texto de Authier (1972) é uma excelente descrição destas correntes políticas dentro da revolução alemã.

Da mesma forma, os sindicatos. Na Rússia de 1905, conforme relata Volin (1980), não havia nenhum sindicato nas principais cidades industriais do país. O czarismo era implacável contra as organizações dos trabalhadores. Em 1917, devido às várias concessões que o governo czarista foi constrangido a fazer, havia alguns sindicatos, contudo na revolução de fevereiro de 1917, não são os sindicatos, mas sim os soviets que se articulam e se generalizam como rastilho de pólvora por todo o

território. Os soviets são, nas cidades, a verdadeira força revolucionária. Eles impulsionam o movimento político e a revolução social para adiante. Se na Rússia, os sindicatos padeciam ainda de certa debilidade, que se modifica no curso da revolução, na Alemanha, pelo contrário, como já dissemos, eram poderosas organizações que tinham milhões de filiados, administravam consideráveis recursos etc. Os maiores sindicatos, a principal central sindical era controlada pelo Partido Social-democrata. Como demonstram vários autores, os sindicatos foram fator de recuo das lutas. Sabotavam greves, moderavam as exigências, criavam dificuldades para o alargamento dos conselhos, em alguns lugares subordinavam as comissões de fábricas a si, tornando-as inúteis etc.

Na Rússia, o estado controlado pelo partido bolchevique foi elemento de desenvolvimento capitalista da Rússia. Abortou a revolução proletária, reprimindo os elementos mais avançados. Na Alemanha, os partidos, os sindicatos e o estado foram também elementos de desaceleração e de impedimento do desenvolvimento das organizações proletárias. Os partidos que falam em nome dos trabalhadores, os sindicatos falam em nome dos trabalhadores, o estado (“proletário” na Rússia, bem como a tentativa de estado Social-democrata na Alemanha) foi poderoso fator de moderação das lutas dos trabalhadores e no limite, de repressão e eliminação física daqueles que não se rendiam.

A conclusão de Ruhle, portanto, não poderia ser outra: o estado, os partidos políticos (de todas as bandeiras e cores ideológicas) e os sindicatos são organizações que serviram à burguesia em sua caminhada de tomada do poder estatal. A Rússia foi, portanto, a última revolução burguesa⁹. A classe capitalista, na defesa de seus interesses de classe, tolera governos (social-democratas, democrático-burgueses, ditatoriais etc.). Se a democracia e o parlamentarismo foram importantes na aurora

⁹ A tese de que o golpe de estado dado pelo Partido Comunista Russo em outubro de 1917 e que o prosseguimento das políticas bolcheviques até a consolidação do capitalismo de estado soviético não se aproxima aqui de algumas interpretações leninistas que visam com isto defender o tal “período de transição”, defendido por Lênin desde *O Estado e a Revolução*. Seguimos aqui os indicativos feitos por Ruhle ao distinguir as revoluções burguesas da revolução proletária. A revolução proletária deve ser feita pela classe operária, com seus métodos de lutas, suas formas organizativas, sendo a classe o sujeito do processo revolucionário. A revolução russa (bolchevique) é burguesa por que levou a cabo um projeto capitalista sem burguesia. Em tal empreita, lançou mão dos métodos burgueses (apropriação do estado, dos sindicatos, do partido e tudo que a isto se relaciona).

da burguesia, hoje, como elemento de transformação, já não o é mais. Pelo contrário, é elemento de conservação.

Assim, se o estado (democrático, ditatorial, social-democrata, comunista etc.), os partidos políticos (liberais, trabalhistas, social-democratas, comunistas, fascistas etc.) e os sindicatos (grandes, pequenos, pelegos, radicais, moderados etc.) não são instrumentos de luta do proletariado, o que resta então? Não há outra alternativa? O proletariado tem que forjar ele próprio suas formas de organização, suas táticas de luta e seus modos de ação. Eis a radicalidade do projeto autogestionário. A construção da nova sociedade passa necessariamente pela criação de novas formas de luta, novas formas de ação, novas organizações, uma nova ética (fundada na solidariedade). Meios e fins formam um todo indissolúvel. Não se chega à autogestão social utilizando os meios, os métodos, as táticas que a burguesia utilizou para consolidar o capitalismo. Eis a conclusão necessária que advém da análise não só das experiências russa e alemã, mas de todas as revoluções proletárias do século XX (Guerra Civil espanhola de 1936 a 1939; Maio de 1968 na França; Revolução Portuguesa em 1975; Primavera de Praga em 1968; Polônia em 1980 etc.). Tanto no capitalismo privado, quanto no capitalismo de estado, a resposta proletária foi sempre em oposição aos sindicatos, aos partidos e ao estado. Quando estas organizações submetem o proletariado, é por que a revolução foi derrotada. Depreende-se, portanto, que até o presente momento, todas as revoluções foram derrotadas. Tanto pelos inimigos declarados, quanto pelos falsos aliados.

A partir das experiências russa e alemã, mas também de algumas revoluções posteriores, desenvolveu-se um conjunto de concepções, que ficaram conhecidas como Comunistas Conselhistas, ou seja, que expressou teoricamente o movimento dos conselhos operários¹⁰. A produção destes autores permite compreender a natureza da revolução proletária, ou seja, que conduz à autogestão social. Numa tal revolução, não há lugar para compromissos de classe, oportunismo, vacilações. É uma luta dura, que compreenderá um certo período histórico e na qual muitas batalhas serão travadas. Nestas batalhas, o proletariado deve, para fazer valer seus

¹⁰ Para uma discussão mais detalhada desta corrente, confira nosso estudo Maia (2016). Pode-se consultar também Authier (1975), Viana (2015) entre outros.

interesses de classe e levar a bom termo a revolução, acreditar em sua própria potencialidade, criar suas próprias organizações, discutir ele próprio os dilemas cotidianos da revolução, deliberar ele mesmo e executar ele próprio as ações necessárias. Tarefa imensa, mas que o proletariado mesmo deve levar a cabo.

Ruhle (1975), tendo em vista esta questão, afirma que o proletariado só é efetivamente revolucionário quando na fábrica, submetido às relações de trabalho capitalistas. Quando fora, nas ruas, nas lojas, na família etc. ele é um “pequeno-burguês”. É um consumidor ávido, educado nas escolas burguesas, lê a imprensa burguesa, vai ao cinema burguês, frequenta a igreja não menos burguesa etc. Fora da fábrica, é completamente dominado por um conjunto de instituições tipicamente capitalistas, que imprime na classe operária os valores, a mentalidade, a consciência política etc. burgueses. Ruhle exagera neste particular, ao não perceber que também nos locais de moradia, por exemplo, a classe operária pode desenvolver formas de organização que se contraponha às organizações capitalistas. Também, nos dias de hoje (o texto de Ruhle é de 1924), a ideologia capitalista, os valores burgueses estão de tal modo articulados dentro da produção, que também, no cotidiano da fábrica, o operário pensa e age de uma forma burguesa. Exceto, naturalmente, quando luta.

Contudo, apesar destas observações, a correção das análises de Ruhle surpreende. A luta da classe operária deve ser feita com armas que ela mesma cria no próprio processo de luta. Os conselhos operários foram, até os dias de hoje, a sua forma mais desenvolvida. Analisando a experiência alemã, Ruhle demonstra como se pode criar uma forma de organização, que parta da base, da fábrica, até chegar a níveis de articulação regional e nacional, criando as condições para o desencadeamento de uma revolução de proporções mundiais.

A crítica central é quanto às organizações burocráticas (estado, partidos e sindicatos), bem como tudo que a isto se relaciona: parlamento, exército, políticas trabalhistas realizadas pelo estado etc. Outro elemento a isto relacionado é a questão dos chefes, dos líderes (da vanguarda política da classe operária). No movimento operário, quando se articula desde a fábrica, a presença destes líderes é contraproducente e serve mais à paralisia da classe do que ao seu desenvolvimento. Assim, todas estas ferramentas são imprestáveis. A classe operária precisa de suas

próprias e ela mesma as criou e utilizou quando ainda estava sob o ímpeto revolucionário.

Tanto Ruhle (1975), quanto Pannekoek (1977) entre vários outros autores vinculados ao Comunismo de Conselhos e correntes políticas próximas, o significado e o lugar dos conselhos operários é destacado como o instrumento adequado da classe operária no empreendimento de sua revolução. Contudo, não é qualquer conselho que serve a tal propósito. Quando os conselhos são legalizados, incorporados na legislação da empresa ou reconhecido pelo estado, quando passa ao controle de partidos políticos (o que aconteceu na Rússia, por exemplo) etc. deixam de ser organizações úteis à revolução proletária. Portanto, não basta se chamar “comitê de fábrica”, “organização de fábrica”, “conselho operário” e realizar um discurso progressista. É fundamental que a organização seja da classe, construída pela classe no interesse da classe. Os falsos conselhos operários, ou melhor, os conselhos burocratizados devem também ser combatidos.

A organização dos trabalhadores, portanto, tem de lidar com toda esta complexa estrutura social estabelecida, lidar com todos estes opositores, saber avaliar os verdadeiros aliados, em quem realmente pode confiar etc. Ela só pode fazer isto no seio de suas próprias organizações. Este é um ponto destacado de modo especial por Anton Pannekoek (1977). Afirma que a revolução proletária é, sobretudo, uma “revolução do espírito”. Se a classe operária, no processo de luta, não desenvolve formas de “autoeducação”, nas quais ela própria consiga se formar intelectualmente, a condução do processo revolucionário ficará inviabilizada. A classe operária deve ter os recursos intelectuais corretos para avaliar as situações dramáticas que se apresentam todos os dias aos trabalhadores em luta. No cotidiano burguês, tais meios são inviáveis: a escola não presta para este objetivo, a imprensa, os intelectuais burgueses etc. fazem a propaganda contrária à classe operária. Portanto, ela deve desenvolver estes recursos. Ela só pode fazer isto dentro de suas organizações.

A partir da fábrica, sugere Ruhle (1975), os operários devem ir paulatinamente ampliando seu campo de atuação política. Na verdade, as ações operárias só se convertem em movimento político quando se articulam em movimento para além de

uma mera fábrica. Deve se articular localmente (na escala do município), em seguida regionalmente para enfim adquirir uma organização nacional que seja construída de baixo para cima e na qual as “superestruturas” nacionais não sejam uma forma de poder sobre a base, local de atuação dos operários. Reforçando que tal ampliação de escala nem sempre segue esta lógica. A depender do contexto, rapidamente constrói-se formas nacionais de articulação sem passar pelas escalas intermediárias.

Analisando a experiência russa, afirma sobre esta estrutura organizacional:

Os revolucionários russos, os operários e pequenos camponeses, conquistaram o poder político com a ajuda dos conselhos. Tomaram o poder só para si, não o partilharam mais com nenhum resquício da burguesia. Dividiram a Rússia em distritos, nos quais os Sovietes eram eleitos pelos operários e camponeses pobres, primeiro para as áreas locais, depois para os distritos; os Sovietes Distritais elegiam o Soviete Central para o Estado e o Comitê Executivo saído do Congresso destes Sovietes. Todos os membros dos Sovietes Municipais, distritais e Central, tal como todos os funcionários e empregados só eram eleitos a curto prazo; permaneciam sempre dependentes do seu eleitorado, a quem prestavam contas (RUHLE, 1975, p. 123).

Não é objetivo aqui desenvolver detalhadamente a discussão. Só trouxemos esta citação do texto de Ruhle para demonstrar como sua discussão não parte de mera construção ideal de uma nova sociedade perfeita. Não é este o procedimento dele, nem, aliás, de nenhum dos autores conselhistas. A partir da análise da experiência russa de tentativa de construção nacional (que não é sinônimo de nacionalista) de um movimento fundado nos conselhos operários, ele visa ampliar a concepção marxista de revolução proletária. A base sobre a qual se ergue a revolução proletária, até a vitória, não pode ser outra que não as organizações autenticamente revolucionárias do proletariado.

Analisando a revolução alemã, ele identifica o mesmo processo:

As greves “selvagens” que rebentaram por toda a parte e eram desencadeadas contra a vontade dos sindicatos, deram lugar à eleição de comitês de ação revolucionária, aos quais em breve se seguiram conselhos operários revolucionários. Finalmente, o movimento cresceu, primeiro na região do Ruhr entre os mineiros, no sentido da luta por organizações de fábrica revolucionárias. Estas organizações de fábrica, agrupadas localmente e mais tarde unidas por áreas econômicas, estendendo por todo o país a sua construção e efetivação numa organização unitária de conselhos, em breve se tornaram a ideia principal e o objetivo primário do movimento que fluiu para a União como novo veículo organizacional da vontade da luta dos trabalhadores revolucionários (RUHLE, 1975, p. 108).

Descreve, neste parágrafo, o seguinte processo: da greve selvagem (contra o sindicato), à criação do comitê de fábrica (ou organização de fábrica), à criação de conselhos operários (estruturas mais amplas, que articulam várias fábricas, além de organizações territoriais também), até as estruturas regionais e nacional. Eis a escalada da ação revolucionária. Ao ler-se, por exemplo, as análises que Pannekoek (1977) faz do desenvolvimento da luta proletária (seu livro é de 1944), portanto, tem muito mais experiências e análises acumuladas que Otto Ruhle, chega-se, da mesma forma, a conclusões bastante semelhantes.

A revolução proletária, portanto, é um ato da classe operária. Os autores conselhistas não dão atenção às demais classes desprivilegiadas (lumpemproletariado, trabalhadores dos serviços, comércio, trabalhadores domésticos em geral etc.). Estas classes não tem, como já afirmamos, nenhuma possibilidade de levar a cabo uma revolução autogestionária, pois não estão na produção, logo, não podem expropriar a classe capitalista, não podem fazer a produção material caminhar por outras bases por que elas não estão na produção. Assim, a implantação da autogestão social é um ato da classe operária.

Contudo, a quantidade numérica destas classes, a importância que tem como elementos de empregabilidade da população trabalhadora, o crescimento que teve o lumpemproletariado nas últimas décadas etc. colocam este problema para os revolucionários de hoje. Mattick (1977), também um autor conselhistas, dá uma pequena contribuição nesta direção, ao discutir a questão da “divisão do trabalho e consciência de classe”, quando afirma que para o desenvolvimento de uma consciência de classe não é necessário ser trabalhador da esfera do capital produtivo (fração do capital onde se produz mais-valor). Também, trabalhadores das esferas do capital improdutivo (esferas do capital onde se realiza o mais-valor), como comércio, serviços em geral, finanças etc. é possível que os trabalhadores destas áreas, mesmo que não produzam mais-valor, são controlados, humilhados, aviltados etc. Isto permite o desenvolvimento de uma consciência política e em alguns momentos, também de forma de organização e luta destes trabalhadores. Contudo, daí não se depreende que seja possível uma radical alteração do modo de produção capitalista por meio da luta destes trabalhadores.

Também, na contemporaneidade, os movimentos sociais movimentam a cena política em vários países. Estes, muito menos, tem qualquer possibilidade de ser o eixo em torno do qual possa se efetivar uma revolução no modo de produção. Contudo, suas lutas (sem-tetos, sem-terras, juventude, ambientalistas etc.), no curso de uma revolução proletária, certamente cumprirão um papel. Alguns movimentos irão frear, se opor, atrapalhar o desenvolvimento da organização, da luta e, portanto, da consciência proletária (tendências reformistas e conservadoras de vários movimentos sociais)¹¹. Da mesma feita, as tendências revolucionárias dos movimentos progressistas, bem como os movimentos revolucionários poderão ter papel importante no curso da luta proletária em nossos dias.

Esses últimos pontos são interessantes flancos de pesquisa. Abre-e aqui portas para o início de reflexões para a estratégia revolucionária hoje.

ÚLTIMAS PALAVRAS

Esperamos, com este texto, ter apresentado uma leitura das revoluções russa e alemã. A intenção, como anunciado, não era fazer uma pesquisa historiográfica sobre estes dois eventos históricos do século XX. Por conseguinte, não tinha também o objetivo de apresentar achados históricos novos.

Intencionei muito mais compreender o processo de emergência destas duas revoluções, que com condições históricas, sociais, políticas e econômicas bem distintas, desenvolveram formas de luta proletária muito semelhantes: os conselhos operários. As condições da luta em cada um destes países é completamente distinta, contudo, o centro de gravidade da ação proletária foi exatamente o mesmo tipo de organização. Esta constatação é interessante de tomar nota, por que os conselhos operários, organizações de fábrica, uniões operárias se repetiram em várias outras experiências posteriores. Este dado é importante de ser apreendido para os militantes de hoje, sobretudo os mais jovens e os que estão entrando agora na luta. Conhecer os significados das organizações dos trabalhadores ao longo de sua história

¹¹ Para uma esclarecedora discussão sobre os tipos e tendências de movimentos sociais, confira o livro Viana (2016).

de luta é o ponto de partida fundamental para qualquer militante na contemporaneidade. Não repetirmos os mesmos erros é a tarefa de todo militante. Que cometamos outros erros, não os mesmos.

Estudar, de uma perspectiva da classe proletária, as revoluções russa e alemã, significa desvelar, tornar público, o perigo que representam para os trabalhadores, as organizações partidárias (de todas as bandeiras e cores ideológicas), os sindicatos (de todos os matizes) e o estado (com suas artimanhas parlamentares, perigo de ditaduras, mentiras democráticas etc.). O legado que nos deixaram estas revoluções é um importante laboratório a todo aquele que queira compreender melhor as derrotas do passado para edificar as lutas no futuro.

Referências

- AUTHIER, Denis. *A esquerda Alemã (1918 – 1921): Doença Infantil ou Revolução?*. Porto: Afrontamento, 1975.
- ARVON, Henri. *A revolta de Kronstadt*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BRINTON, Maurice. *Os Bolcheviques e o controle operário*. Lisboa: Afrontamento, 1975.
- GODDELIER, Maurice. *Sobre el modo de producción asiático*. Barcelona: Ediciones Martinez Roca, 1969.
- GOMBIM, Richard. *As origens do esquerdismo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1972.
- GORTER, Herman. *Carta abierta ao camarada Lenin*. Madrid: Espartaco Internacional, 2004.
- HORVART, Branko. *Socialismo autogestionário: origens e evolução*. Rio de Janeiro/São Leopoldo-RS. CECA/Centro de Cultura Socialista, 1990.
- KOLLONTAI, Alexandra. *Oposição Operária – 1920/1921*. São Paulo: Global, 1980.
- LÊNIN, Wladimir Ulianov Illich. *O esquerdismo: doença infantil do comunismo*. Vitória: Escriba, 1960.
- LOUREIRO, Isabel. *A revolução alemã (1918 – 1923)*. São Paulo: Editor UNESP, 2005.
- MAIA, Lucas. *Comunismo de conselhos e autogestão social*. Rio de Janeiro: Rizoma Editorial, 2015.
- MAIA, Lucas. *Nem partidos, nem sindicatos: a reemergência das lutas autônomas no Brasil*. Goiânia: Edições Redelp, 2016.
- PANNEKOEK, Anton. *Los Consejos Obreros*. Madrid: Zero, 1977.

PANNEKOEK, Anton. *Una vida militante: adios a Herman Gorter*. In: GORTER, Herman. Carta abierta al camarada Lênin. Madrid: Espartaco Internacional, 2004.

RUHLE, Otto. *Da revolução burguesa à revolução proletária*. Porto: Publicações Escorpião, 1975.

TRAGTEMBERG, Maurício. *O capitalismo no século XX*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

TROTSKY, Leon. *A revolução russa: a queda do Tzarismo*. Tomo 1. Rio de Janeiro/Guanabara: Editora Saga, 1967.

VIANA, Nildo. *A esquerda dissidente e a revolução russa (1900-1923)*. In: MACIEL, David; MAIA, Cláudio e LEMOS, Antonio Henrique. *Revolução Russa: processos, personagens e influências*. Goiânia: CEPEC, 2007.

VIANA, Nildo. *Os movimentos sociais*. Curitiba: Editoras Prismas, 2016.

VIANA, Nildo. *Os movimentos sociais populares*. In: VIANA, Nildo (org.). *Os movimentos sociais: questões teóricas e conceituais*. Goiânia: Edições Redelp, 2016a.

VIANA, Nildo. *Notas sobre história e significados do Comunismo de Conselhos*. Revista *Marxismo e Autogestão*. Ano 02, num. 04, jul./dez. 2015.

VOLIN. *A revolução desconhecida*. São Paulo: Global, 1980.